

Portugal na Cronística Castelhana e Aragonesa: de Pero López de Ayala a Jerónimo Zurita

Jorge António Araújo

up201507385@letras.up.pt

Resumo

A partir da leitura de duas crónicas medievais ibéricas, nomeadamente a *Crónica del Rey Don Juan*, de Pero López de Ayala, e os *Anales de la Corona de Aragón*, de Jerónimo Zurita, analisámos os discursos produzidos sobre Portugal, o território português, os portugueses e as relações deste reino com os seus congéneres europeus. O resultado foi a constatação de uma diferença clara e acentuada entre os discursos castelhano e aragonês, que ao longo do estudo vamos detalhando. Tendo em conta as diferentes perspectivas transmitidas por estas crónicas, desenvolvemos ainda uma proposta de interpretação quanto ao posicionamento de Portugal no xadrez ibérico medieval.

Palavras-chave: Crónicas Medievais Ibéricas; Portugal, Castela e Aragão; Pero López de Ayala; Jerónimo Zurita.

Abstract

Starting from the reading of two medieval Iberian chronicles, namely the *Chronicle of the King Don Juan*, from Pero López de Ayala, and the *Annals of the Crown of Aragon*, from Jerónimo Zurita, we analyzed the discourses produced on Portugal, the Portuguese territory, the Portuguese and the relations of this kingdom with its European congeners. The result was the finding of a clear and sharp difference between the Castilian and Aragonese discourses of those two chroniclers, which we detail in the course of the study. Taking into account the different perspectives conveyed by those chronicles, we developed yet a proposal of interpretation regarding the positioning of Portugal in the medieval Iberian chess, the “Game of the Kings”.

Keywords: Iberian Medieval Chronicles; Portugal, Castile and Aragon; Pero López de Ayala; Jerónimo Zurita.

Introdução

No mundo globalizado, como é o nosso, o estudo das relações entre povos adquire particular pertinência, e a análise dos discursos que os *outros* produzem sobre *nós* pode revelar-se um contributo para a percepção da nossa própria identidade e do nosso lugar no mundo. São esses discursos que constituem o objecto do trabalho de investigação apresentado, nomeadamente os produzidos pela cronística castelhana e aragonesa sobre Portugal, mais concretamente na *Crónica del Rey Don Juan*, de Pero López de Ayala, e nos *Anales de la Corona de Aragón*, de Jerónimo Zurita, numa perspectiva comparativa, à qual a historiografia portuguesa parece não ter dado ainda a devida relevância – conforme salientou Luís Miguel Duarte, no prefácio que escreveu à obra *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*¹.

Partindo da leitura e da análise crítica das ditas fontes, tínhamos como objectivos: 1. Contribuir para a reflexão sobre as potencialidades que a análise da cronística *estrangeira* tem para um melhor entendimento da posição de Portugal na Europa medieval, e da imagem do reino português entre os seus congéneres; 2. Identificar as linhas de força que, quanto a esta matéria, podemos encontrar nas duas crónicas analisadas; 3. Perceber as principais diferenças entre o discurso castelhano e aragonês sobre Portugal, sem deixar de respeitar e atender às devidas distâncias entre as fontes.

É precisamente por aqui que devemos começar, pelo reconhecimento da existência de profundas diferenças entre as duas obras nos mais variados aspectos: quanto às cronologias e aos ambientes de produção, ao método e estilo dos autores, aos conteúdos e às características internas das fontes. Estes são factores que influenciam tanto as perspectivas encontradas como as nossas metodologias de trabalho, pelo que sobre eles nos devemos debruçar inicialmente. De facto, a distância entre as fontes é tão assinalável que poderia tornar desadequada a escolha e comparação que fazemos. Todavia, importa centrar o objecto do estudo nos discursos sobre Portugal, que nestes dois textos estão consideravelmente presentes. Para além disso, é sabido que Jerónimo Zurita construiu grande parte da sua obra tendo como base as crónicas de Pero López de Ayala, mesmo quando se refere a Portugal, o que nos permite identificar eventuais mudanças discursivas intencionalmente introduzidas.

¹ Cf. DUARTE, Luís Miguel – *Prefácio: regresso feliz a um rei triste*, p. 13-14.

Importa também ter presente a complexidade das crónicas enquanto fontes, tantas vezes *traíçoeiras*, dúbias e enigmáticas, não se entregando facilmente a quantificações ou a conclusões lineares e absolutas. Neste caso, lidamos com duas obras volumosas, sobretudo olhando aos 20 livros que constituem os *Anales de la Corona de Aragón* – e aqui vamos apenas até ao Livro X, que refere a morte de Juan I de Castela, estando naturalmente toda a nossa visão condicionada por este facto. Trata-se, portanto, de um trabalho que exige um maior aprofundamento e com diversos caminhos possíveis, resultando o nosso enfoque de uma inevitável selecção, que sem dúvida deixa de fora questões cuja abordagem seria igualmente pertinente. Sobretudo, procurámos desde o início obter duas perspectivas, para que pudessem ser comparadas. Será, então, sobre os aspectos que permitem essa comparação que mais nos centraremos. E é também por isso que escolhemos duas fontes propositadamente tão distintas, ao que não são alheios factores como a proximidade e a língua, que nos levaram, por exemplo, a descartar, para já, outras crónicas com possível pertinência, como as de Froissart.

Entre os pontos dados ao estabelecimento de comparações nas duas fontes, e que aqui vamos tratar, estão os discursos produzidos sobre personagens portuguesas, sobre a percepção do território português, sobre o que representa Portugal para ambos os autores e ainda a identificação das épocas e das temáticas mais valorizadas. Para isso, e como metodologia, estabelecemos um processo de leitura das fontes – apoiados na crítica e na bibliografia sobre o tema –, a partir do qual, seguindo um questionário previamente estabelecido, construímos duas bases de dados em que registámos as datas, as personagens, os lugares e pontos de referência mencionados, a caracterização que desses elementos os autores nos dão, os domínios temáticos de inserção dos assuntos tratados (militar, diplomático, comercial...), os aspectos a que os cronistas parecem dar mais importância em determinada questão, as referências perceptíveis quanto ao alinhamento ou às relações de amizade e inimizade entre reinos, as fontes que os cronistas dizem utilizar, entre outros pontos. Depois de construídas estas bases, e dada a massiva quantidade de elementos recolhidos, tornou-se necessário filtrar e trabalhar os dados parcelarmente, consoante os objectivos traçados. É a partir deste processo que se extrai toda a informação apresentada e que se fundamentam as nossas conclusões.

Estruturalmente dividimos esta exposição em quatro grandes pontos: o primeiro de revisão de alguma bibliografia crítica; o segundo de contextualização e crítica das fontes; o terceiro de apresentação e sistematização dos principais resultados obtidos; o último de análise e interpretação desses mesmos resultados, procurando apurar o *sentido*

histórico que cada um dos autores atribui a Portugal e discutir o lugar ocupado pelo reino português no mundo ibérico medieval.

Ao fecharmos esta introdução, torna-se necessário esclarecer que o facto de enquadrarmos uma fonte como os *Anales de la Corona de Aragón* dentro do género *cronístico*, ou de em diferentes momentos a estes nos referirmos como sendo uma *crónica*, resulta de um critério cientificamente justificado, que vai ao encontro da posição que alguns dos autores que mais recentemente se debruçaram sobre esta questão terminológica consideraram correcta, ao concluírem que, na Idade Média, a separação de géneros entre crónicas e anais não é evidente, sendo esta uma distinção do nosso tempo e geradora de equívocos². Mesmo tendo em conta a noção ainda hoje frequentemente predominante de anais³, percebemos que seria difícil aí enquadrarmos a obra de Jerónimo Zurita, pois ultrapassa em grande medida a mera relação de acontecimentos ordenados cronologicamente: pelo contrário, o que temos é a construção de uma narrativa intencional, apoiada numa construção historiográfica que abrange cerca de oito séculos. A própria nomeação de Zurita, em 1548, enquanto «Coronista»⁴ deixa clara a natureza do seu ofício, que em cortes havia sido criado em 1547, com o intuito de se «escribir la coronica de Aragon»⁵, conforme consta no acto coevo.

² Vejam-se, por exemplo, as palavras de David Dumville: «... we have no reason to think that there was any distinction made between *chronicon* (etc.) and *annals*»; DUMVILLE, David – *What is a Chronicle?*, p. 4. Ou ainda as de R. W. Burgess e Michael Kulikowski: «The current distinction between annals and chronicles is therefore very recent and should be abandoned»; BURGESS, R. W.; KULIKOWSKI, Michael – *Medieval historiographical terminology: the meaning of the word 'Annales'*, p. 175.

³ Segundo David Dumville, foi Reginald Lane Poole, em *Chronicles and Annals: A Brief Outline of their Origin and Growth* (1926), quem com maior acutilância estabeleceu a definição distintiva entre crónicas e anais. Esta noção, que fez escola em obras de referência sobre o tema, é analisada pelo mesmo autor nos seus diferentes aspectos, nas suas incoerências e nos posteriores desenvolvimentos que teve: Cf. DUMVILLE, David – *What is a Chronicle?*, p. 4-11.

⁴ ANDRÉS DE UZTARROZ, Juan Francisco – *Progressos de la Historia en el Reyno de Aragon, y elogios de Geronimo Zurita, su primer coronista*, cap. XI, p. 58.

⁵ IDEM, *Ibidem*.

1. Bibliografia Crítica

O interesse pela cronística medieval estrangeira enquanto fonte para estudos históricos sobre Portugal não é novo, mas também não é comum, tendo vindo nas últimas décadas a adquirir maior pujança, seguindo novas abordagens críticas. É natural que neste cenário, por questões históricas e de proximidade, as crónicas ibéricas constituam um alvo privilegiado, sobressaindo, todavia, o estudo da cronística castelhana e, nesta, das obras de Pero López de Ayala, autor que desde sempre recebeu muito mais atenção por parte da historiografia portuguesa do que outros com trabalhos igualmente reconhecidos – desde logo do que Zurita. E são vários os motivos para essa incidência.

Num artigo de 1933, Juan de Contreras afirmava já que certas questões da história portuguesa estavam muito melhor reflectidas nas palavras de Pero López de Ayala do que nas de Fernão Lopes, ou do que nas obras portuguesas dos séculos XVII e XVIII, dando, entre outros, o exemplo de uma imagem mais realista de D. João I, face à exaltação apaixonada dos textos portugueses⁶. Também Mário Martins dirá que, por exemplo, na descrição da batalha de Aljubarrota, Ayala é «mais exacto»⁷ do que Fernão Lopes, até porque nela participou pessoalmente.

Foi o próprio Fernão Lopes o primeiro a referenciar Ayala, recebendo de Castela as suas crónicas, criticando-as, mas copiando igualmente algumas passagens no seu trabalho, por vezes de forma literal. Sobre esta questão, o estudo de Peter Russell, *As Fontes de Fernão Lopes*⁸, constitui ainda uma referência. Outros autores colocaram lado a lado os textos de Ayala e de Fernão Lopes, mostrando as suas relações, desde Juan de Contreras, em *El Cronista don Pedro López de Ayala y la historiografia portuguesa*, até Maria Emília Duarte Geadá, na tese *Fernão Lopes e a influência de Pero López de Ayala na Crónica de D. Fernando*⁹, ou Teresa Amado, em *Fernão Lopes contador de história: sobre a 'Crónica de D. João I'*¹⁰. A confrontação entre os textos serviu também a Giuliano Macchi para a determinação das variantes nos manuscritos das

⁶ CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro López de Ayala y la historiografia portuguesa*, p. 144.

⁷ MARTINS, Mário – *Pero López de Perez Ayala em Aljubarrota e os seus cantares na prisão em Portugal*, p. 108.

⁸ RUSSELL, Peter Edward – *As Fontes de Fernão Lopes*. Coimbra: Coimbra Editora, 1941.

⁹ GEADA, Maria Emília Duarte – *Fernão Lopes e a influência de Pero López de Ayala na Crónica de D. Fernando*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1964. Tese de licenciatura.

¹⁰ AMADO, Teresa – *Fernão Lopes contador de história: sobre a 'Crónica de D. João I'*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

crónicas de Fernão Lopes e para o estabelecimento das suas edições críticas¹¹. Mais recentemente merecem destaque os estudos de Covadonga Valdaliso, tanto pelo recurso ao cruzamento de perspectivas entre Ayala e Fernão Lopes, como pela utilização de crónicas castelhanas enquanto fontes sobre Portugal. Outros exercícios comparativos têm resultado em estudos que focam questões mais específicas. É o caso, por exemplo, do trabalho de Rui Pedro Monteiro Santos, *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*, relevante para a nossa investigação pelo levantamento que apresenta de certas personagens referidas na *Crónica del Rey Don Juan* e pela visão que nos dá quanto às escolhas e caracterizações feitas pelo cronista castelhano¹².

Não obstante a inspiração e a cópia, com Fernão Lopes inicia-se uma corrente de crítica e contestação à cronística de Ayala que perdura na historiografia portuguesa em séculos posteriores. Encontramo-la em nomes tão distintos como José Soares da Silva, no século XVIII, ou, já no século XIX, pela pena de D. Frei Francisco de S. Luís, o Cardeal Saraiva¹³. Entre os pontos altos da discussão e da crítica está constantemente o episódio narrado por Ayala no Ano V, Capítulo VII, da *Crónica del Rey Don Juan*, em que supostamente o Mestre de Avis, aquando da morte do rei D. Fernando, é o primeiro a notificar o rei de Castela do facto, incentivando-o a «tomar el Regno de Portugal, que pertenescia de derecho á la Reyna Doña Beatriz, su muger»¹⁴. Um episódio que, de resto, muita tinta fez correr e que continua a ser referido mesmo em obras mais recentes. Por muito tempo, aliás, se reduziu a obra de Ayala ao debate deste tema, daqui se percebendo a desconfiança e o preconceito que a historiografia portuguesa criou relativamente a estas fontes, retardando o seu conhecimento e negando-lhes utilidade.

Para Juan de Contreras, só no século XX a historiografia portuguesa procede à revisitação e revalorização das crónicas castelhanas, e nomeadamente as de Ayala, a partir de nomes como o de Damião Peres e de uma nova geração de historiadores que à época surgia, fazendo uso de uma abordagem crítica fundamentada, mais distante das *visões apaixonadas*¹⁵. Teresa Amado distingue posteriormente duas fases de maior

¹¹ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, p. XI-LXVIII. Cf. também: LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*, p. XI-LXXVII.

¹² Cf. SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*.

¹³ Cf. CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro...*, p. 136-137.

¹⁴ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan, primero de Castilla é de Leon*, p. 83.

¹⁵ Cf. CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro...*, p. 144-145. Os contributos metodológicos trazidos por Damião Peres, nomeadamente na sua edição da *Crónica de D. Pedro*, de 1932, são igualmente postos em relevo por Teresa Amado. Cf. AMADO, Teresa – *The Study of literary texts*, p. 92.

interesse e evolução nos estudos de textos literários medievais e da cronística em particular: a primeira entre as décadas de 1950 e 1960, marcada em grande medida pela publicação de importantes obras de síntese e pela edição crítica da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, de Lindley Cintra¹⁶, com os subsequentes estudos de Diego Catalán Menéndez Pidal¹⁷; a segunda, a partir da década de 1980, pautada pela generalização de uma nova forma de pensar e fazer História, por um novo modo de olhar para estas fontes e pelas suas edições¹⁸, mas também, diríamos nós, por um novo contexto de um mundo cada vez mais próximo, em que se potencia a circulação e o conhecimento das relações entre países. Nesse sentido, uma das principais alterações de paradigma ocorridas, e que hoje parece consensual, prende-se com a necessidade de abordar estas fontes tendo em conta o passado medieval partilhado entre Portugal e o resto da Península Ibérica, e já não a partir de uma perspectiva isolada¹⁹.

Actualmente, são cada vez mais recorrentes os trabalhos que utilizam a cronística estrangeira como objecto de estudo em si ou como fonte documental determinante para as mais variadas áreas envolvendo a história de Portugal. Raramente, todavia, têm os *Anales de la Corona de Aragón* merecido particular atenção neste campo²⁰, e, quando considerados, surgem por norma sem grande aprofundamento crítico ou inseridos em relação com diversas outras fontes e em temas muito específicos. Podemos talvez arriscar dizer que esta é uma obra que permanece ainda relativamente desconhecida e inexplorada entre nós, sobretudo quando comparamos com a atenção atribuída a outras crónicas ibéricas.

Relativamente ao modo como Portugal é visto e tratado exteriormente pela cronística – e não só a nível ibérico –, um dos assuntos contidos na *Crónica del Rey Don Juan* e nos *Anales de la Corona de Aragón* que mais atenção tem merecido nos últimos anos é a batalha de Aljubarrota. Nesse âmbito inserem-se trabalhos como o de José Luís Martín Martín, *Aljubarrota vista pelos castelhanos*²¹, e João Gouveia

¹⁶ CINTRA, Luís Lindley, ed. – *Crónica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951-1990. 4 vols.

¹⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Diego Catalán – *De Alfonso X al conde de Barcelos: quatro estudos sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Gredos, 1962.

¹⁸ AMADO, Teresa – *The Study of literary texts*, p. 87-92.

¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 88-89.

²⁰ Apontemos, porém, enquanto exemplo recente de como os *Anales* de Zurita podem constituir uma fonte relevante para temas da história de Portugal, o estudo de Marcelo Augusto Encarnação, *A Batalha de Toro* (2011).

²¹ MARTÍN MARTÍN, José Luís – *Aljubarrota vista pelos castelhanos*. São Jorge: Fundação Batalha de Aljubarrota, D.L. 2008.

Monteiro, em *Aljubarrota Revisitada*²², mas também a publicação do conjunto de *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota*, com testemunhos, nacionais e internacionais, que directa ou indirectamente se relacionam com esse facto histórico e o ajudam a compreender²³, e ainda a tradução para português de duas passagens das *Chroniques*, de Jean Froissart, tornando assim acessível ao público português parte deste texto, redigido em francês medieval²⁴. Os discursos castelhanos relativos à derrota em Aljubarrota, e o modo como esse acontecimento é recordado, foram também vistos, inclusivamente em Ayala, por César Olivera Serrano, em *La Memoria de Aljubarrota en Castilla*²⁵. Para além disto, se na nossa investigação nos propomos a procurar elementos descritivos ou retratísticos, por exemplo quanto à caracterização dos monarcas, ressalve-se que outros estudos já nos precederam nesta matéria. No âmbito da cronística ibérica é exemplo o trabalho de Isabel de Barros Dias, que mostra como nas crónicas de inspiração afonsina dos séculos XIII e XIV os retratos dos soberanos continuam a ter a influência de modelos da Antiguidade Clássica²⁶, ou, relativamente à imagem do rei na cronística castelhana, o estudo de Carmen Benítez Guerrero, *La Imagen del rey en la cronística castellana: propaganda y legitimación durante la primera mitad del siglo XIV*²⁷. Também recentemente Natália Pires publicou o seu artigo sobre a imagem dos portugueses na *Crónica del Rey Don Juan*²⁸, que seguiremos de perto na nossa análise das personagens.

Finalmente, se é verdade que podemos talvez falar numa redescoberta e revalorização destas fontes por parte da historiografia portuguesa, diga-se igualmente que muito está ainda por fazer. Em 2014, Luís Miguel Duarte, em prefácio à obra *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*, questionava-se, em tom algo surpreso, como nunca antes fora realizado um exercício tão elementar como seria o de comparar, sistematizadamente, os aspectos gerais das cronísticas portuguesa e

²² MONTEIRO, João Gouveia – A Interpretação. In *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001. p. 193-281.

²³ BARROCA, Mário Jorge, coord. – *Memórias, documentos avulsos e epígrafes relativos à Batalha de Aljubarrota*. [S. l.]: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

²⁴ FROISSART, Jean – *Crónicas: duas passagens relativas a Aljubarrota*. Trad. de Ana Sofia Laranjinha; notas críticas por Mário Jorge Barroca. [S. l.]: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

²⁵ Cf. OLIVERA SERRANO, César – *La Memoria de Aljubarrota en Castilla*, p. 278-286.

²⁶ Cf. DIAS, Isabel de Barros – Modelos teóricos e descrições aplicadas: imagens de soberanos na cronística ibérica de inspiração afonsina (sécs. XIII-XIV). In *Modelo: actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 123-128.

²⁷ BENÍTEZ GUERRERO, Carmen – *La Imagen del rey en la cronística castellana: propaganda y legitimación durante la primera mitad del siglo XIV*. Madrid: Ediciones de La Ergástula, 2013.

²⁸ PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses na 'Crónica de D. Juan I' de Pero López de Ayala*.

castelhana do século XV, definindo o artigo de Isabel Beceiro, *La Visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avis contemporáneos*, como uma referência no assunto a partir daquele momento²⁹. A prévia inexistência de um exercício como este parece ilustrar condignamente o ainda incipiente estado de conhecimento das crónicas ibéricas entre a historiografia portuguesa. Não tendo passado assim tanto tempo, e uma vez que, até à data, não encontramos novas perspectivas sobre o tema, também nós tomámos como referência o trabalho da dita autora, ainda que com condicionantes, já que se refere a uma cronologia muito específica, não analisa concretamente as nossas fontes e deixa de lado a cronística aragonesa³⁰. Continua, aliás, a faltar um conhecimento mais aprofundado das crónicas de Aragão, numa perspectiva geral e quanto ao seu potencial para a investigação no campo da história de Portugal. Isto já para não nos estendermos aos textos de além-Pirenéus, tantas vezes inacessíveis, também por falta de divulgação e de estudos. Citam-se amiúde episódios singulares ou factos conhecidos de uma ou várias crónicas, repescam-se ilustrações, mas nem sempre se aprofundam as leituras sobre as fontes, com a devida sistematização. É também nesta lacuna que gostaríamos de enquadrar o nosso trabalho.

2. Aproximação às Fontes

As crónicas, enquanto fontes históricas, possuem um valor inegável, que não pode, porém, ser dado como garantido³¹. Ao confrontar-se com estes textos, o historiador deve estar ciente de que a imagem que recebe é deformada, consoante os interesses do cronista e das personagens ou entidades para as quais este trabalha³², e que lida com um discurso cujo objectivo é o de convencer e influenciar o seu leitor³³. No final da Idade Média o género cronístico conhece uma série de importantes e paulatinas transformações, desde logo por via de uma maior difusão, própria da época e de uma lenta mas progressiva evolução nas práticas do saber e da escrita, mas igualmente por uma certa diversificação das suas tipologias e das origens sociais dos seus autores³⁴.

²⁹ Cf. DUARTE, Luís Miguel – *Prefácio...*, p. 13-14.

³⁰ Cf. BECEIRO PITA, Isabel – *La Visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avis contemporáneos*, p. 87-88.

³¹ SOUSA, Armindo de – *Os Cronistas e o imaginário no século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)*, p. 46.

³² GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Economia dos descobrimentos henriquinos*, p. 220.

³³ SOUSA, Armindo de – *Os Cronistas e o imaginário...*, p. 46.

³⁴ Cf. BLAKE, N. F. – *Chronicles*, p. 325-329.

O reconhecimento da influência e do poder do cronista leva a que os príncipes europeus, no final da Idade Média e princípio do Renascimento, o procurem chamar a si, oficializando o seu mester e cobrindo-o de benesses³⁵, mas deixando-o igualmente numa condição de dependência e de quase «servidão»³⁶, nas palavras de Guy Bourdê e Hervé Martin, em que se torna difícil distingui-lo do panegirista³⁷. É aqui, no entanto, também como fruto desta relação, que se enuncia uma nova missão para o cronista. De facto, não se lhe pede já a mera decifração das «mensagens enviadas por Deus aos homens através dos acontecimentos»³⁸, mas sim a análise dos «jogos complexos da vida política»³⁹, o que requer uma capacidade de distanciamento que tem sido vista como anunciadora da «historiografia dos Tempos modernos»⁴⁰. A par disto, diferentes autores identificam uma progressiva necessidade de, através das crónicas, se proclamar a superioridade colectiva de uns povos face a outros, transformando estes textos em veículos privilegiados de expressão de um «sentimento nacional»⁴¹.

Esta caracterização inicial, ainda que necessariamente breve e não podendo ser generalizada a toda a Europa, espelha alguns dos elementos que já encontramos nas fontes que utilizamos. Fontes que, não obstante, são muito diferentes entre si, a vários níveis, pelo que sem atendermos a essas diferenças também dificilmente poderemos entender a sua leitura. Para além de provirem de entidades sociopolíticas distintas, como são os reinos de Castela e de Aragão, saliente-se, em primeiro lugar, o grande hiato cronológico que medeia a sua produção. As datações críticas apontam para que Pero López de Ayala tenha escrito a *Crónica del Rey Don Juan* entre cerca de 1390 e 1407⁴². Já quanto a Zurita, sabe-se que laborou nos seus *Anales* entre 1549 e 1580⁴³, a mais de século e meio de distância, portanto.

³⁵ SOUSA, Armindo de – *Os Cronistas e o imaginário...*, p. 46.

³⁶ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *As Escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias*, p. 26.

³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 31.

³⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 35.

³⁹ IDEM, *Ibidem*.

⁴⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 26.

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 36. E para Portugal basta atentar ao tanto que já foi escrito relativamente às origens do sentimento “nacional” em Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. Sendo extensa a bibliografia, veja-se como síntese: GIL, Ana Cristina Correia – *A Identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX*, p. 93-111.

⁴² Entre o início do reinado de Enrique III de Castela e a morte do cronista. Michel García afirma, todavia, que Ayala não escreveu as suas crónicas segundo um plano previamente estabelecido e de modo continuado, mas sim em várias etapas, «para responder a incitaciones de diversa índole». No caso da crónica de Juan I, diz-nos este autor que o cronista terá intercalado a sua escrita com a da crónica da menoridade de Enrique III, retomando-a posteriormente a partir de 1396. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas: el proceso creativo*, p. 56-61.

⁴³ Período no qual exerceu o ofício de cronista de Aragão. Estes foram publicados em duas partes, com dez livros cada: a primeira em 1562 e a segunda em 1579. Em 1580 é publicada a sua *Historia del Rey*

A obra cronística de Ayala é o produto de um século de crises, reflectindo-se no texto o decorrer da Guerra dos Cem Anos, do Grande Cisma do Ocidente e da necessidade de afirmação da autoridade régia castelhana, numa época de instabilidades sucessórias, de menoridade régia, de disputas pelo poder e de dissensões internas na elite política de Castela. Mais oposta não poderia ser a realidade em que se move Zurita, contemporâneo de Carlos I e de Filipe II de Espanha – este que viria a ser também Rei de Portugal –, testemunha do processo de expansão das Coroas ibéricas, mas também da emergência de forças concorrentes e dos avanços das Reformas, Protestante e Católica. Ambos os autores são figuras de relevo e de influência nas sociedades do seu tempo, com um alto nível de educação e literacia – visível no amplo conhecimento que dos autores clássicos detêm e pelos quais são influenciados –, provindo de meios familiares socialmente favorecidos, porém distintos: Zurita, filho do médico de câmara da corte espanhola, estuda na Universidade de Alcalá de Henares e desde cedo desempenha diferentes cargos públicos⁴⁴, até ser nomeado, em 1548, primeiro cronista oficial da Coroa de Aragão; já Ayala, de família nobre castelhana, é, antes de mais, um militar, politicamente promovido à mais alta proximidade com o Rei, ao seu conselho, a emissário de Castela por diversas ocasiões, a chanceler, e em cuja obra se espelha muito do que são os ideais de cavalaria e um certo sentimento de serena autoridade moral⁴⁵.

Ainda que aqui a tratemos isoladamente, diz-nos Michel García que a *Crónica del Rey Don Juan* deve ser vista em conjunto com a parte correspondente ao período da menoridade de Enrique III, na respectiva crónica deste monarca⁴⁶. O mesmo autor considera este conjunto como um «corpus autónomo»⁴⁷ que não se confunde com as crónicas dos dois reis anteriores, Pedro I e Enrique II⁴⁸, e cuja composição estará estreitamente relacionada com as circunstâncias políticas da menoridade de Enrique III, em que Ayala participa activamente, pretendendo deixar o registo dos erros e das

Don Fernando el Católico, de las empresas, y ligas de Italia, que tem sido vista como sendo uma continuação ou a terceira parte dos *Anales*, mas cuja redacção é bem anterior à da segunda. Sobre os motivos de Zurita para o adiamento da publicação desta *Historia*, e sobre o título escolhido, veja-se: EXTRAVÍS HERNÁNDEZ, Isabel – *Algunas cuestiones sobre la Historia del Rey Don Fernando...*, p. 477-493.

⁴⁴ Cf. REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita: primer cronista oficial de Aragón (1512-1580)*, p. 20-21.

⁴⁵ Isto para além de seu pai, Fernán Pérez de Ayala, ser alguém com um passado conhecido na escrita de obras de cariz historiográfico, o que, para Michel García, pode ter tido influência na hora em que Pero López é feito cronista. Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas...*, p. 53-55.

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 58-61.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 60.

⁴⁸ Que terão sido escritas, aliás, bem antes, entre os anos finais do reinado de Enrique II e os primeiros de Juan I. Michel García afirma mesmo: «... no es absurdo suponer que a Ayala ni se le ocurriría pensar que iba a llevar adelante su obra cronística para los dos reinados siguientes». IDEM, *Ibidem*, p. 56.

responsabilidades de cada um, num «período particularmente crítico de la historia de Castilla, inaugurado por el fracaso de la empresa portuguesa del rey [Juan I] y concluido por el final de la minoría de su sucesor»⁴⁹. Trata-se então de uma obra de legitimação régia, de registo da memória, mas com uma larga componente de crítica a opções do passado e de exposição de lições para um futuro que via em Enrique III a sua esperança⁵⁰.

Este não é já o mundo de Jerónimo Zurita. Nos seus *Anales*, o cronista procura narrar a evolução dos reinos ibéricos, particularmente de Aragão, desde a chegada muçulmana à Península, no século VIII, até à conquista do Reino de Granada, em 1492, terminando com o elogio dos Reis Católicos e da união das Coroas aragonesa e castelhana. Todavia, a criação do ofício de cronista e a promoção desta empresa ocorre num período de progressiva intromissão do poder central nos assuntos internos de Aragão, processo visto enquanto parte integrante do desenvolvimento do *absolutismo* espanhol, pelo que a afirmação da história e da identidade aragonesa corresponde também aos interesses da oligarquia local⁵¹. O contexto político é o de uma monarquia que articula uma grande diversidade de territórios extensos e longínquos, mas que se vê atacada em várias frentes, seja pelo avanço do protestantismo, pelas investidas de França e Inglaterra, ou ainda pela expansão otomana⁵². A multiplicidade das relações externas da Coroa de Aragão faz com que o interesse e a relevância dos *Anales* enquanto fonte não se limite apenas ao âmbito ibérico, mas a um vasto conjunto territorial, como o do Mediterrâneo em geral⁵³.

Na análise estrutural das duas fontes, começamos por destacar a diferença entre a personalização das crónicas de Ayala e a consideração da entidade política nos *Anales* de Zurita. Parecendo consensual a ideia de que até ao século XIV as crónicas régias, a nível ibérico, assentam grande parte do seu discurso num tronco comum, que tem por base uma identidade hispânica das monarquias⁵⁴, a partir desse mesmo século o que se verifica é um progressivo processo de particularização, desviando-se o centro de

⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 60.

⁵⁰ IDEM, *Ibidem*.

⁵¹ REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita...*, p. 20-23.

⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 20-24.

⁵³ SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Los 'Anales de la Corona de Aragón' de Jerónimo Zurita*, p. 79.

⁵⁴ Fundada na unidade religiosa, na participação na *Reconquista* contra o Islão e também na retórica ideológica em torno de uma antiga unidade política – a ideia de um *neogoticismo* cujo rasto é ainda visível no século XV, enquanto fundamento da monarquia dos *Reis Católicos*. Cf. ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*, p. 23-26.

interesse dos *feitos de Espanha* para os «fechos de los reyes»⁵⁵ – a autonomização da história dos reis e a desvinculação face à narrativa da memória peninsular, que também em Portugal acontece⁵⁶. É claramente neste âmbito que devemos colocar Ayala, em cuja obra o rei se assume como figura central. Zurita, contudo, opera segundo uma outra perspectiva, de desenvolvimento da história de algo que é necessariamente maior do que a figura do rei, a Coroa de Aragão, desde as suas origens até quase ao presente em que escreve. Por esta razão, os seus *Anales* são comumente entendidos já dentro do grupo das «primeiras histórias nacionais»⁵⁷.

A crítica é parte integrante destes textos, inclusivamente nas referências aos monarcas. Isabel Beceiro diz-nos mesmo que uma das características que mais distingue a generalidade das crónicas de Castela face às portuguesas é essa «visión realista y crítica»⁵⁸, de que, aliás, Ayala constitui bom exemplo, na imagem que traça de Juan I, tantas vezes questionado nas suas escolhas, responsabilizado e dado como inapto. Também em Zurita encontramos este lado crítico, tanto a figuras régias, sobretudo de Castela, como a Alfonso X – tido como herético e blasfemo, cuja excessiva dedicação às ciências e às artes o teria feito negligenciar as suas funções⁵⁹ –, mas igualmente ao nível da crítica historiográfica, com o autor a questionar e a contradizer por diversas vezes o que dizem as suas fontes. Podemos entender as críticas aos monarcas tendo em consideração os quadros circunstanciais em que foram produzidas as duas obras e os seus objectivos, que já aqui fomos enunciando. Mas, segundo Isabel Beceiro, este aspecto é também o reflexo de uma realidade em que o rei se vê rodeado de outros poderes, que constantemente o relembram dos caminhos e exemplos a não seguir⁶⁰. A necessidade de afirmação dos monarcas leva à frequente valorização, nas crónicas, dos episódios de vida cerimonial e de exibição de poder e riqueza, bem como ao salientar do protagonismo na luta contra o Islão hispânico⁶¹. Vemos isso em Ayala, em diferentes momentos, mas também em Zurita, sendo mesmo, neste último, um dos objectivos

⁵⁵ GÓMEZ REDONDO, Fernando – *La Crónica particular como género literario*, p. 421.

⁵⁶ Cf. KRUS, Luís – *Crónica*, p. 173.

⁵⁷ ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*, p. 58.

⁵⁸ BECEIRO PITA, Isabel – *La Visión de la realeza...*, p. 97.

⁵⁹ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. II, livro IV, p. 81 e vol. IV, livro IX, p. 276. É interessante como esta parece ser uma crítica comum a diferentes monarcas castelhanos e em diferentes crónicas. Isabel Beceiro aponta o exemplo de Juan II, também acusado de negligenciar o governo em favor de uma excessiva entrega ao estudo. Este é um tipo de crítica que, segundo a autora, não vemos nas crónicas portuguesas. Cf. BECEIRO PITA, Isabel – *La Visión de la realeza...*, p. 93-99.

⁶⁰ Diferente do que acontece em Portugal, de acordo com a mesma autora, onde a maior centralidade régia leva o discurso cronístico a assumir um tom menos crítico e mais laudatório. IDEM, *Ibidem*, p. 91.

⁶¹ IDEM, *Ibidem*, p. 102-103.

máximos da sua obra. De facto, os *Anales* terminam com a conquista do Reino de Granada, que só teria sido possível, segundo o cronista, graças à união das Coroas. Assim, a ideia de combate ao Islão justifica, legítima e faz louvar esta união, de que Aragão é parte fundamental.

Outro aspecto de distinção entre os dois autores é o método de trabalho. Pero López de Ayala escreve essencialmente, ainda que a grande distância temporal, sobre acontecimentos de que é contemporâneo e nos quais chega a participar, ao longo de uma vida de serviço a quatro monarcas castelhanos⁶². Mesmo conhecendo, como o próprio afirma, histórias e crónicas antigas⁶³, e podendo ter acesso privilegiado a documentação, o seu relato contém muito de informações pessoalmente testemunhadas⁶⁴ e de selecção de lições exemplificadoras e moralizantes. Não conseguimos analisar os níveis de conhecimento que teria Ayala sobre Portugal. Contudo, a sua preparação intelectual e a longa estadia no reino, fruto da participação e prisão em Aljubarrota⁶⁵, certamente o munem de informações quanto à realidade portuguesa. Zurita, por outro lado, não protagoniza nem assiste aos acontecimentos que narra – nasce em 1512 e o seu texto termina em 1492. Porém, é consensualmente reconhecido pela forma afinada e rigorosa como colige e utiliza um enorme conjunto de registos documentais, que fundamentam a obra, bem como pela aplicação de métodos de crítica textual considerados revolucionários para o seu tempo e no seu meio⁶⁶. Encontramo-lo, segundo Esteban Sarasa Sánchez, precisamente no momento final de uma tradição historiográfica, medieval, e no começo de outra⁶⁷. A sua preocupação crítica estende-se inclusivamente, ou sobretudo, à obra cronística do próprio López de Ayala, como bem testemunham as *Enmiendas y Advertencias* que deixou, postumamente publicadas⁶⁸. Sobre Portugal, as fontes que refere são essencialmente: o mesmo Pero López de

⁶² Ainda que, conforme assinalado na nota 42, a escrita das suas crónicas possa não ter ocorrido de forma continuada nem obedecido a um plano previamente estabelecido.

⁶³ São várias as passagens em que o cronista nos diz isso. Por exemplo: «que leemos por historias é corónicas...», em LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 108; «Señor, vos sabedes por corónicas é libros de los fechos de España que son en la vuestra Camara, é los leen delante vos quando á la vuestra merced place...», IDEM, *Ibidem*, p. 126.

⁶⁴ Michel García afirma mesmo que, na Crónica de Juan I, a narração é descontínua e que as lacunas mais evidentes coincidem com os períodos de ausência do cronista no estrangeiro. Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas...*, p. 57.

⁶⁵ Da qual regressa apenas em 1387 ou 1388. IDEM, *Ibidem*, p. 56.

⁶⁶ REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita...*, p. 25-26.

⁶⁷ SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Los Anales de la Corona de Aragón'...*, p. 62.

⁶⁸ ZURITA, Jerónimo – *Enmiendas y advertencias a las crónicas de don Pedro, don Enrique el segundo, don Juan el primero y don Enrique el tercero que escribió don Pedro López de Ayala*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1683.

Ayala⁶⁹; o «conde don Pedro de Portugal»⁷⁰ (ou de Barcelos); «las genealogias del conde don Pedro de Portugal»⁷¹ (e registamos repetidamente por poder não se tratar da mesma fonte); Froissart⁷²; uma «historia del rey don Fernando»⁷³ (que não podemos dizer ser a crónica de Fernão Lopes); sobrando ainda um conjunto de expressões vagas como «una historia antigua de Portugal»⁷⁴, uma «historia general»⁷⁵, «antiguos anales»⁷⁶, «memorias del reino de Portugal»⁷⁷, «escrituras originales antiguas»⁷⁸ e «un autor antiguo de Portugal»⁷⁹. Mas não nos deixemos iludir: para além de, na maior parte das vezes, Zurita não ser claro na indicação das fontes que utiliza, em certas ocasiões é igualmente notória a sua ingenuidade – por exemplo, quando parece acreditar no que é dito por «una griega gran hechicera»⁸⁰ – e não deixa de cometer erros, que foram sendo corrigidos por diferentes autores⁸¹.

É curioso que tanto a Zurita como a Ayala se reconheça um estilo de escrita algo semelhante, fluído mas austero⁸². Ambos se dedicaram ao estudo dos autores clássicos, tendo produzido traduções dos mesmos. De Ayala é conhecida a sua obra variada, em áreas como a poesia e a tratadística, ao passo que de Zurita sobressaem os seus comentários críticos a obras de cariz historiográfico, os seus estudos de genealogia aragonesa e uma numerosa correspondência.

Nas duas obras estão também implícitos diferentes métodos de estruturação e de narração: mais breve a crónica do rei castelhano, mas também mais aprofundada, numa estrutura variável de capítulos divididos por 12 anos; bastante mais longos os *Anales*,

⁶⁹ Por exemplo: «según don Pedro López de Ayala escribe en su historia...», em ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro IX, p. 206.

⁷⁰ Muitas vezes referido, sendo talvez a sua principal fonte sobre Portugal, ou a mais recorrente, pelo menos para os dez livros que vimos.

⁷¹ Exemplo em: IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro I, p. 58.

⁷² Exemplo em: IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 362.

⁷³ IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 304.

⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro III, p. 231.

⁷⁵ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 163.

⁷⁶ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro III, p. 231.

⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VII, p. 177.

⁷⁸ IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 367.

⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro IX, p. 276.

⁸⁰ IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro IV, p. 81.

⁸¹ Cf. REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – *Jerónimo Zurita...*, p. 12-18. Um erro clássico sobre Portugal é o que faz da rainha D. Mafalda de Sabóia «hija del conde don Manrique de Lara señor de Molina» (vol. I, livro II, p. 105), informação que está na provável fonte utilizada pelo cronista, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

⁸² Desta forma é caracterizado Jerónimo Zurita por Esteban Sarasa Sánchez. O mesmo Zurita auto-descreve a sua escrita, em 1578, apontando-lhe uma forma árida e austera, mas também concisa e clara. Cf. SARASA SÁNCHEZ, Esteban – *Los 'Anales de la Corona de Aragón'...*, p. 77. Já quanto a Ayala, Juan de Contreras salienta o «glacial objetivismo» e a «impávida serenidad que ni un solo momento se turba ni se deconcierta», aspectos que, segundo diz, «llegan a veces a ser enojosos al lector». CONTRERAS, Juan de – *El Cronista don Pedro...*, p. 116.

num total de 20 livros, cada um com um número muito maior de capítulos e subcapítulos, mas a tocar nos assuntos mais superficialmente, quando centrado na mesma cronologia da crónica. Estas diferenças estruturais são importantes pois determinam a utilização de metodologias distintas para o tratamento de cada obra, conforme adiante descrevemos.

3. Sumarização e Apresentação de Resultados

3.1. Os domínios temáticos e a necessária selecção:

Se por muito tempo, conforme enunciado no ponto relativo à *bibliografia crítica*, crónicas como a de López de Ayala foram reduzidas ao debate de um único tema pela historiografia portuguesa, desde cedo procurámos, na nossa investigação, ver nestas fontes novas potencialidades, definindo como objectivo, para recurso futuro, a identificação das principais linhas de força e dos domínios temáticos encontrados relativamente às referências a Portugal.

Uma *etiquetagem* demasiadamente rígida dos assuntos revelar-se-ia inapropriada a essa identificação e apenas nos traria problemas metodológicos, já que estamos a lidar com textos complexos, não lineares ou programáticos, reflexos da própria volatilidade humana, em que um mesmo capítulo pode tratar de questões da mais variada índole.

Não seria, contudo, necessário um grande nível de detalhe para percebermos que a maioria dos testemunhos que nestas crónicas conseguimos obter sobre Portugal se enquadra sobretudo nos campos da história política, diplomática e militar. Numa segunda linha, temos também informações de carácter económico, social, simbólico e, como já vimos, historiográfico. Referência ainda para algumas indicações de âmbito mais individual, como as descrições de personagens, e os esboços genealógicos. A vasta extensão das fontes e das possibilidades de trabalho apenas nos permitem apresentar uma pequena selecção e um ponto de partida para aprofundamentos posteriores.

3.2. Descrição da amostra, critérios e metodologias:

Precisamente enquanto ponto de partida, importa especificar que testemunhos são estes e com que volume de informação estamos a trabalhar. São três as variáveis que considerámos fundamentais para registo: as referências directas ao *reino* português, ao seu *território* e às *personagens* portuguesas – constituindo o que sinteticamente

chamámos de *assuntos portugueses*. Alguns critérios tivemos que definir para cada uma destas variáveis. Por exemplo, em relação ao território, foram contabilizadas tanto as localidades que entretanto deixaram de pertencer a Portugal como as que fizeram o caminho inverso, pois a imagem que pretendemos obter inclui necessariamente esses domínios, não nos sendo possível desligar da realidade presente em que escrevemos. Do mesmo modo, incluímos referências que podem estar mais ou menos ligadas a Portugal, mesmo sem coincidência exacta. É o caso das alusões à Lusitânia, ou a rios como o Douro e o Tejo. Importa ainda sublinhar o facto de não termos considerado os títulos nobiliárquicos entre os locais, já que isso desvirtuaria os resultados obtidos – com as referências ao conde de Barcelos, por exemplo, ficaríamos, quantitativamente, com uma grande predominância desta localidade, quando, efectivamente, poucos acontecimentos narrados nas fontes lá têm lugar.

No que concerne às personagens os critérios são ainda mais complexos, não podendo ser aplicado a esta época um princípio de *nacionalidade*. Sabemos o quão comum seria um nobre, em determinado momento, mudar-se para ir servir outro rei – novamente, o 1.º conde de Barcelos é disso mesmo exemplo, havendo também nos textos alusões a nobres naturais de Portugal que passaram para Castela. Poderíamos igualmente questionar os casos das rainhas que vieram para Portugal, que não eram *portuguesas* e certamente também nem falaria português, ou mesmo das que daqui partiram, para não mais retornar, entre tantos outros casos. Seria extremamente difícil, para não se dizer inadequado e anacrónico, procurar ou definir a personagem *portuguesa*. Portanto, todas estas figuras, mais ou menos relacionadas, tiveram que ser consideradas, requerendo, em certos casos, algum estudo biográfico.

Finalmente, tentando evitar repetições e lidar com o excesso de referências, optámos por apresentar os dados *arredondados* por capítulo. Ou seja, fizemos dos capítulos a nossa *unidade de medida*, sejam estes maiores ou menores, mais ou menos relevantes. A cada capítulo com *assuntos portugueses* corresponde apenas um registo. Assim, por exemplo na contabilização que adiante apresentamos das referências às localidades, se em determinado capítulo a cidade de Lisboa é por várias vezes mencionada, só a contabilizamos uma vez, nivelando-a, portanto, a outros locais que nesse mesmo capítulo surgem menos vezes. Só assim conseguimos controlar o *excesso* de dados, prevenindo, por outro lado, possíveis discrepâncias assinaláveis – até porque o que muitas vezes encontramos são frases feitas, ou fórmulas repetidas, que desvirtuam os resultados.

Em suma, num total de 124 capítulos distribuídos pelos 12 anos (1379-1390) que perfazem a *Crónica del Rey Don Juan*, pudemos registar 83, ou seja, cerca de 65% dos capítulos, número revelador de uma *constante portuguesa* nesta crónica e muito superior ao das referências a outros reinos. Relativamente aos *Anales de la Corona de Aragón*, conforme inicialmente explicitado, tendo em conta o volume e a extensão cronológica abrangida pela obra, limitámos a nossa análise até 1390, ano da morte de Juan I de Castela, ou seja, até ao Livro X. Nestes 10 primeiros livros dos *Anales* registámos um total de 144 capítulos, dividindo-se cada um em números muito variáveis de subcapítulos, que não contabilizámos. São capítulos maiores do que os da crónica de Ayala, porém facilmente se percebe que, proporcionalmente, os *Anales* não dão tanta atenção a Portugal, privilegiando a relação com Castela e assumindo a centralidade daquele reino.

3.3. Cronologias de incidência

Anos	Capítulos Registrados	Total de Capítulos
1379	1	5
1380	1	9
1381	4	5
1382	3	6
1383	11	15
1384	12	12
1385	20	21
1386	10	12
1387	7	7
1388	3	6
1389	4	6
1390	7	20
Total	83	124

Quadro 1 - Registo dos capítulos com referências portuguesas, por ano, na *Crónica del Rey Don Juan*. A sombreado os anos de maior incidência.

Conforme se demonstra no *Quadro 1*, a larga maioria dos capítulos referenciados na *Crónica del Rey Don Juan* diz respeito aos anos entre 1383 e 1386, facto que não nos deve admirar, por coincidir com o relato da crise dinástica, da invasão

castelhana a Portugal, da batalha de Aljubarrota e das consequências destes eventos⁸³. De resto, chega mesmo a haver anos (1384 e 1387) em que todos os capítulos contêm algum tipo de alusão a Portugal, em oposição à menor recorrência dos primeiros dois anos e do ano final da crónica.

Quanto aos *Anales de la Corona de Aragón*, pela complexidade estrutural, em que os acontecimentos surgem frequentemente sem datações claras ou até em datas incorrectas, a aplicação da metodologia anterior não seria viável, o que nos leva a apresentar os resultados por períodos ou reinados. Há ainda que ter previamente em conta o facto de aqui a informação ser progressivamente mais delongada e aprofundada quanto mais recente é o tempo a que diz respeito – veja-se, por exemplo, que os primeiros 10 livros dos *Anales* vão do século VIII ao final do século XIV, ao passo que os 10 livros seguintes já só vão até 1492. Assim, o mais provável seria encontrarmos um maior volume de informação sobre os reinados mais recentes.

Período/Reinado	N.º de Capítulos	Período/Reinado	N.º de Capítulos
Anteriores ⁸⁴	3	D. Afonso III	10
D. Henrique	3	D. Dinis	34
D. Teresa	3	D. Afonso IV	29
D. Af. Henriques	8	D. Pedro	17
D. Sancho I	6	D. Fernando	13
D. Afonso II	4	D. João I	6
D. Sancho II	8	Total	144

Quadro 2 - Registo dos capítulos com referências portuguesas, por período/reinado, nos *Anales de la Corona de Aragón*. A negrito os reinados de maior incidência.

No entanto, tal como se verifica pelo *Quadro 2*, a atenção de Zurita, no que concerne a Portugal, recai sobretudo nos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, um período longo, é certo, mas naturalmente, também, de intensa ligação entre Portugal e Aragão, em que é dado destaque ao matrimónio com D. Isabel, ao papel mediador de D. Dinis na questão do reino de Múrcia, ao conflito que opõe pai e filho, mas não só. Uma

⁸³ Já Michel García tinha apontado, a propósito da descontinuidade narrativa da Crónica de Juan I, para a grande atenção atribuída à segunda metade do reinado deste monarca (1385-1390) e especificamente ao ano de 1385. Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas...*, p. 57.

⁸⁴ Inserem-se neste campo, indiscriminadamente, as referências a tempos anteriores ao conde D. Henrique.

vez mais, ressalve-se o facto de nesta contabilização apenas se incluírem capítulos, e não subcapítulos, ainda que estes possam ser em maior ou menor número.

3.4. As personagens

As principais descrições de personagens encontradas nas duas fontes são as que dizem respeito aos monarcas, não se tratando, na maior parte das vezes, de meras caracterizações, mas sim de juízos de valor. No cômputo geral da avaliação feita por Zurita aos monarcas portugueses, não caímos em erro se dissermos que D. Dinis é claramente um dos mais favorecidos, sendo descrito como um rei muito respeitado, senhor de grande autoridade e poder, justo, de elevada correcção moral⁸⁵, e que ao final da vida tem ainda o mérito de deixar um «gran tesoro»⁸⁶, ao qual outros reis, como os de Castela e Aragão, recorriam por empréstimo⁸⁷. A nível semelhante apenas outras quatro figuras: o Conde D. Henrique, menos referido mas tido por «gran caballero»⁸⁸, destacado pelas altas origens familiares, pelo bom governo e pelas «muchas peleas con los moros y leoneses»⁸⁹; D. Afonso Henriques, «de ánimo muy generoso y altivo»⁹⁰, «príncipe valerosísimo y que se igualó a los más excelentes príncipes que hubo en aquellos tiempos»⁹¹, admirado tanto pelas conquistas que fez contra os mouros, nomeadamente em Ourique⁹² e Lisboa⁹³, como pela guerra que manteve contra os reis de Leão e Castela⁹⁴; também D. Sancho I, igualmente «muy valeroso príncipe»⁹⁵, pelas conquistas⁹⁶ e pelo papel enquanto «poblador»⁹⁷; e finalmente D. João I, outro «príncipe

⁸⁵ Esta caracterização encontra-se no episódio narrado no Capítulo LXVI do Livro V dos *Anales*, relativo à viagem empreendida por D. Dinis até Aragão. Uma viagem que o conde D. Pedro relata na sua *Crónica Geral de Espanha de 1344*, enquanto elemento integrante da comitiva portuguesa e, por tal, testemunha privilegiada. Neste relato, que pode constituir a fonte de Zurita, apesar deste ali não o indicar, o conde D. Pedro acentua também a autoridade, riqueza e ostentação de D. Dinis e da sua comitiva. Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*, p. 120-121.

⁸⁶ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. III, livro VI, p. 107.

⁸⁷ IDEM, *Ibidem*.

⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 104.

⁸⁹ IDEM, *Ibidem*.

⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro I, p. 80.

⁹¹ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 141.

⁹² «... famosa y tan celebrada batalla», na qual «fue alzado por rey y confirmado en aquella dignidad con una tan señalada y maravillosa victoria» ante «seis reyes moros». IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 104.

⁹³ «... la mayor fuerza que los moros tenían». IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 105.

⁹⁴ «... y lo que fue empresa y hazaña de mayor admiración era que siempre tuvo guerra con los reyes de Castilla y León; y no tenían menor contienda con ellos que con los infieles». IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 105.

⁹⁵ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 161.

⁹⁶ Com destaque para o cerco e a tomada de Silves. IDEM, *Ibidem*.

⁹⁷ «... porque restauró y edificó muchas villas y castillos muy fuertes en su reino». IDEM, *Ibidem*.

de gran valor»⁹⁸, de quem se diz que mostrou possuir todas as capacidades e qualidades para se tornar Rei⁹⁹. Em sentido totalmente oposto estão D. Afonso IV, tido como o exemplo do mau filho¹⁰⁰, que procurou deitar as mãos ao reino de seu pai¹⁰¹, e D. Fernando, o mais desconsiderado, de quem se diz, não obstante as próximas relações familiares a Aragão¹⁰², ser inconstante e leviano¹⁰³, acusado de ter burlado tanto o Rei de Aragão como o de Castela¹⁰⁴, e de ter casado em segredo, «por muy desatinados amores»¹⁰⁵, com uma mulher já anteriormente casada e com um filho¹⁰⁶. Quanto a outros monarcas a que poucas ou nenhuma referências são feitas, seria interessante perceber se coincidem com momentos menos intensos da relação com Aragão ou até com uma menor presença portuguesa no exterior em geral. Nesse sentido, não pudemos deixar de reparar, por exemplo, na escassa atenção atribuída aos monarcas portugueses D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III.

Na crónica de Ayala as caracterizações dos reis portugueses são menos evidentes, mas existem. De D. Fernando, por exemplo, recorda-se frequentemente a sua proximidade de parentesco com Juan I de Castela¹⁰⁷, criticam-se algumas das suas acções, nomeadamente as indecisões na questão do Cisma¹⁰⁸, e diz-se ser um Rei pouco amado, a quem muitos «non quisieran bien»¹⁰⁹, apesar da personalidade afectuosa¹¹⁰,

⁹⁸ IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 346.

⁹⁹ Por duas vezes isso é sublinhado. Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 346-347.

¹⁰⁰ Colocado até em oposição ao infante D. Jaime de Aragão, seu primo: «Caminaban estos príncipes por bien diferente camino los unos de los otros...». IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 58.

¹⁰¹ «... y el infante don Alonso primogénito de Portugal intentó de poner la mano en los negocios más adelante de lo que convenía, y quiso sacar a su padre en vida del reino, [...] y desto resultaron grandes alteraciones y guerras en Portugal todo el tiempo que el rey don Dionís vivió». IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 59.

¹⁰² Por diferentes vezes é salientado o facto de D. Fernando ser bisneto do rei Jaime II de Aragão, acreditando-se mesmo que «por esta causa [...] sería más fácil la concordia con este príncipe». IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro IX, p. 278.

¹⁰³ Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 304.

¹⁰⁴ A propósito dos incumprimentos dos acordos de casamento, primeiro com a infanta D. Leonor de Aragão e depois com a infanta D. Leonor de Castela. «No fue sólo el rey de Aragón burlado de aquel príncipe [...] pero el rey de Castilla». «Y dejó burlados estos príncipes...». IDEM, *Ibidem*.

¹⁰⁵ IDEM, *Ibidem*.

¹⁰⁶ «... doña Leonor Téllez de Meneses con la cual casó siendo hija de su vasallo, y lo que fue de mayor admiración, estando casada con un caballero su vasallo y de quien tenía un hijo que se llamó Alvaro de Acuña». IDEM, *Ibidem*.

¹⁰⁷ Primos direitos, filhos de duas irmãs, sendo D. Fernando também bisneto de Sancho IV de Castela pelo lado paterno, proximidade que deveria favorecer o entendimento entre os dois monarcas. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 68. Aspecto igualmente notado em: PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses na 'Crónica de D. Juan I' de Pero López de Ayala*, p. 834.

¹⁰⁸ E aqui é visto em oposição ao rei de Castela, que cedo declarou a sua posição, acrescentando Ayala «ca si los Reyes todos asi lo ficieran, non durára tanto la cisma». IDEM, *Ibidem*, p. 75.

¹⁰⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 86.

¹¹⁰ «... que era ome de grandes gasajados». IDEM, *Ibidem*, p. 85. Curiosamente, Fernão Lopes dá-nos uma descrição no mesmo sentido, inclusivamente quando diz que D. Fernando seria «grande agasalhador dos estrangeiros». LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, p. 3.

colocada em oposição ao «ome de pocas palabras»¹¹¹ que seria o monarca castelhano. Pelo contrário, D. João, Mestre de Avis, é «bien quisto é de todos bien amado é querido»¹¹², sobretudo entre os povos; é ganancioso, na medida em que deseja o poder¹¹³, e traidor¹¹⁴; mas é também alguém que, ao contrário do monarca castelhano, confia totalmente o seu destino a Deus¹¹⁵, segue os conselhos dos que o rodeiam¹¹⁶, aparecendo, nas vésperas de Aljubarrota, em claro crescendo, orgulhoso e soberbo¹¹⁷, face ao impaciente, moribundo e enfermo Juan de Castela¹¹⁸. Uma nota ainda para D. Leonor Teles, algo desconsiderada por Zurita, pela crítica que podemos ver ao casamento de D. Fernando, mas descrita por Ayala como uma mulher muito activa e com grande poder de influência¹¹⁹, facto que motivaria a sua prisão pelo rei castelhano.

Não encontrámos descrições semelhantes de outras rainhas. D. Beatriz, por exemplo, a filha de D. Leonor Teles e de D. Fernando, é uma personagem constantemente mencionada no relato de Ayala, mas simultaneamente está sempre ausente, e sobre ela pouco ou nada ficamos a saber. Ainda nesta crónica, a condessa D.

¹¹¹ IDEM, *Ibidem*. Esta seria, aliás, no entender do cronista, uma das razões pelas quais os portugueses não gostavam e se afastavam do rei de Castela, já que estavam habituados à personalidade de D. Fernando. Isso e porque «el Rey non les daba luego dineros». IDEM, *Ibidem*.

¹¹² IDEM, *Ibidem*, p. 87.

¹¹³ Diz-nos Ayala que desde o início as intenções do Mestre de Avis eram as de «se apoderar más cada día» e tomar «parte en el Regno», apesar das atitudes dissimulantes e de ter defendido a causa do infante D. João, preso em Castela. IDEM, *Ibidem*, p. 88. Para além disso, o cronista chega mesmo a aventar que, após Aljubarrota, o objectivo do Mestre de Avis era o de conquistar Castela. IDEM, *Ibidem*, p. 110. A imagem do Mestre de Avis enquanto traidor e ambicioso foi igualmente vista em: PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses...*, p. 834.

¹¹⁴ Que quebra o juramento de fidelidade prestado a Juan I e a D. Beatriz, aspecto também salientado em: OLIVERA SERRANO, César – *La Memoria de Aljubarrota...*, p. 281-282.

¹¹⁵ Há várias passagens nesse sentido, como por exemplo as palavras que Nuno Álvares dirige aos cavaleiros castelhanos em vésperas de Aljubarrota: «E el dicho Nuño Alvarez dixo [...] ca de todo punto su señor é ellos ponian este fecho en la mano de Dios, é que se librase por batalla». IDEM, *Ibidem*, p. 102. Pelo contrário, em diferentes momentos os conselheiros castelhanos pedem ao seu rei «que fuese la su merced de non querer tentar á Dios, é que se partiesen [...] é se tornasen para Castilla», ao que Juan I mostra grandes resistências, quando não oposição. IDEM, *Ibidem*, p. 92. Outra passagem ilustrativa deste tipo de conselhos ao monarca castelhano, antes da partida para Aljubarrota: «ca debia pensar é catar como Dios quisiera dar aquella pestilencia tan grande en su hueste de mortandad é de otras desdichas muy rebesadas [...] é por tanto debian tomar esta guerra com tiento...». IDEM, *Ibidem*, p. 101.

¹¹⁶ É aconselhado não só por portugueses, mas também por ingleses. IDEM, *Ibidem*, p. 100. E aqui deve ser colocado novamente em oposição ao monarca castelhano, fortemente criticado por não seguir os conselhos que recebe, ou por optar sempre pelos caminhos mais radicais e desastrosos, quando o cronista dá a entender que todos os outros seriam mais razoáveis. Por exemplo, na ideia de Juan I atacar a Beira: «le dixeron [...] que tal cabalgada como aquella de entrar por la Vera é tornarse, non era honrosa á él, ca non era dado al Rey facer algogaveria. E el Rey non les quiso creer, é siguió su voluntad». IDEM, *Ibidem*, p. 100.

¹¹⁷ Expressões do texto: «... estaba el dicho Maestre Davis é los de su partida orgullosos é soberbios». IDEM, *Ibidem*, p. 100.

¹¹⁸ Uma imagem, diríamos nós, quase indigna do que seria suposto num rei em batalha: «El Rey Don Juan estaba en el campo echado, é acostado á un Caballero, é muy doliente, que apenas podia falar». IDEM, *Ibidem*, p. 103.

¹¹⁹ Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 89-90.

Teresa é uma «fija bastarda»¹²⁰, sem nome, de Alfonso VI de Leão e Castela, casada com «un grand Señor que decian Don Enrique»¹²¹. Por outro lado, Zurita, a propósito da morte da rainha D. Isabel, relembra a «santidad y religión»¹²² pelas quais a mesma «fue consagrada en la memoria de las gentes»¹²³, dizendo ser «muy reverenciada en todo aquel reino como de una gran sierva de Dios y por quien obró diversos milagros»¹²⁴. Em debate historiográfico, Zurita defende ainda a possibilidade de D. Dulce, esposa de D. Sancho II, filha da rainha Petronila de Aragão e de Ramón Berenguer IV de Barcelona, ter estado anteriormente casada com o conde de Urgel¹²⁵.

Ao nível das personagens não régias as descrições tornam-se muito menos abundantes. Em Ayala temos sobretudo alguns elogios àqueles que ficaram do lado do rei de Castela contra o Mestre de Avis¹²⁶. É o caso de Aires Gomes da Silva, dito natural do reino de Portugal e tido como cavaleiro muito bom¹²⁷, mas também de Martim Gonçalves de Ataíde¹²⁸ e do Bispo da Guarda, Afonso Correia, chanceler da Rainha D. Beatriz, descrito como um homem bom, honrado e com boa vontade¹²⁹. Por várias vezes surgem listagens de nomes relativas a portugueses tidos por «omes honrados»¹³⁰, «muy grandes Caballeros»¹³¹, «muy buenos Señores»¹³², entre outras formas de caracterização, que em geral servem para definir o grupo de portugueses que se colocaram do lado do rei castelhano¹³³. De Nuno Álvares Pereira apenas podemos adivinhar os seus dotes de estratégia militar, sobretudo quando se reconhece que foi a sua escolha do terreno para a batalha de Aljubarrota que deu em larga medida vantagem aos portugueses¹³⁴. Já para Zurita, Nuno Álvares é um cavaleiro muito estimado, aquele que mais lutou pela causa de D. João I, e que mostrou grande valor quando as hostes

¹²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 127.

¹²¹ IDEM, *Ibidem*.

¹²² ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. III, livro VII, p. 177.

¹²³ IDEM, *Ibidem*.

¹²⁴ IDEM, *Ibidem*.

¹²⁵ Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 120. Este equívoco, que de algum modo se generalizou, está hoje desfeito: Cf. DIAS, Nuno Pizarro – *Dulce de Barcelona e Aragão*, p. 160.

¹²⁶ Já Rui Pedro Monteiro Santos o tinha concluído. Cf. SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*, p. 62.

¹²⁷ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 97.

¹²⁸ Novamente, «un Caballero muy bueno de Portugal». IDEM, *Ibidem*, p. 106.

¹²⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 85.

¹³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 88.

¹³¹ IDEM, *Ibidem*, p. 91.

¹³² IDEM, *Ibidem*, p. 105.

¹³³ Sobre este assunto veja-se: SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia...*, p. 64-68. Também: PIRES, Natália – *A Imagem dos portugueses...*, p. 829-839.

¹³⁴ Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 103-104.

portuguesas, em número muito inferior, venceram o rei de Castela¹³⁵. Ainda nos *Anales* encontramos pequenas caracterizações como as de João Afonso Telo de Meneses, «el mayor privado que tenía el rey de Portugal»¹³⁶, e Lopo Gonçalves de Abreu, «uno de los mejores caballeros de su linaje»¹³⁷, entre outras.

Inicialmente pensámos poder levar a cabo um estudo mais aprofundado sobre todas as personagens portuguesas referidas nas duas crónicas. Porém, o seu número é tal que se tornou, para já, incomportável esse objectivo, demonstrando, ainda assim, a grande circulação e presença de portugueses no exterior. Este grupo abrange pessoas de diversas condições e ofícios, ou mesmo desconhecidos, sendo até possível interceptar naturais de Castela que se passaram para Portugal, e vice-versa. A presença de portugueses no exterior é mais notória se tivermos em conta que grande parte das acções narradas não se passa em Portugal, sobretudo, claro, nos *Anales de la Corona de Aragón*. Todavia, essa descentralidade pode ser, precisamente, um dos factores que conduzem à aposta na circulação e à necessidade de ter embaixadores reconhecidos. Através das referências a casamentos e das descrições genealógicas, que remetem para as origens ou para os destinos das personagens, é possível traçar ainda quadros das relações externas do reino e da família régia portuguesa¹³⁸.

3.5. Percepção territorial

Os dois autores têm percepções muito distintas do território português. Ayala parece conhecê-lo bem, o que se nota pelo grande número de locais que refere, pela caracterização que de alguns deles faz e mesmo pelo domínio que demonstra relativamente à divisão comarcã – um conhecimento que em Zurita não é tão evidente. Todavia, ambos coincidem no claro destaque que dão a Lisboa, considerada cabeça do reino e principal cidade¹³⁹, a grande distância das outras. Ayala, testemunha desta

¹³⁵ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 346.

¹³⁶ IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 303.

¹³⁷ IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 61.

¹³⁸ É o caso, nos *Anales*, da descrição do Conde D. Henrique, senhor «de la casa de Lotaringia» (vol. I, livro I, p. 62) e, mais adiante, «de la casa de los condes de Borgoña» (vol. I, livro I, p. 74); da filha de D. Afonso Henriques, «doña Teresa mujer de Filiberto conde de Flandes» (vol. I, livro II, p. 105); do casamento de D. Afonso III com «Matildis condesa de Bolonia» (vol. I, livro II, p. 192), ou da Infanta D. Leonor, filha de D. Afonso II, «con el rey de Dacia» (vol. I, livro II, p. 192), entre outras referências, que aqui não podemos enumerar. Encontramos também alguns erros, como o que atrás já indicámos relativamente a D. Mafalda de Sabóia (Cf. nota 81).

¹³⁹ Em Ayala: «... la principal cabeza del Regno, á quien todos tenían ojo». LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 90. Em Zurita: «ciudad de Lisboa que era la más principal cosa della y la cabeza del reino y la mayor fuerza...». ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. I, livro II, p. 105.

macrocefalia, acrescenta mesmo que, para tomar Portugal, bastaria tomar Lisboa¹⁴⁰, uma cidade com muita gente¹⁴¹ e sobre a qual o Mestre de Avis se apoiava. Num patamar seguinte, mas também a considerável distância de outras cidades, quer numa crónica quer noutra, apenas Santarém e Coimbra, conforme é possível constatar através do *Quadro 3*, para a *Crónica del Rey Don Juan*, e do *Quadro 4*, para os *Anales de la Corona de Aragón*.

<i>Crónica del Rey Don Juan</i>	
Local	Capítulos com referências
Lisboa	26
Santarém	15
Coimbra	11
Elvas	7

Quadro 3 - Cidades portuguesas referidas em maior número de capítulos na crónica de Ayala.

<i>Anales de la Corona de Aragón</i>	
Local	Capítulos com referências
Lisboa	12
Coimbra	5
Santarém	5
Silves	3

Quadro 4 - Cidades portuguesas referidas em maior número de capítulos nos anais de Zurita.

O Porto, por exemplo, apesar de descrito por Ayala como sendo «una cibdad muy buena»¹⁴², fica à margem, referido em muito poucas ocasiões – e em Zurita apenas num capítulo. O mesmo autor dá-nos outras descrições de localidades, como a Guarda, terra de fronteira com Castela, cabeça da comarca da Beira, onde haveria um castelo bom e muito forte¹⁴³. Também no campo dos castelos e lugares ditos como muito fortes estão Leiria, Mértola e Santarém, esta última considerada pelo cronista a mais honrada

¹⁴⁰ «... que cobrada la dicha cibdad, todo el Reyno era cobrado». LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 90.

¹⁴¹ IDEM, *Ibidem*.

¹⁴² IDEM, *Ibidem*, p. 90.

¹⁴³ IDEM, *Ibidem*, p. 85.

vila do reino¹⁴⁴. Note-se ainda a curta descrição do campo de Aljubarrota, colocado entre dois vales, factor que, segundo Ayala, teria dado a desvantagem aos castelhanos¹⁴⁵, e que nas crónicas portuguesas nem sempre é tão valorizado, sobressaindo mais o heroísmo e a táctica militar. De resto, relativamente ao período de 1383-1385, percebe-se, pelo relato do cronista, que Trancoso, Lisboa e Aljubarrota são locais que ficam marcados na memória castelhana como jornadas bastante negativas, tanto em perdas humanas como em danos morais. Já para Zurita, Aljubarrota é sinónimo de uma das mais famosas e memoráveis batalhas «que en España ha habido»¹⁴⁶, um dos acontecimentos mais assinaláveis «de aquellos tiempos»¹⁴⁷, cuja vitória afirma o valor de D. João para ser Rei. Sobre localidades, o cronista aragonês apenas nos dá pequenos apontamentos, por exemplo de Silves, «lugar muy principal en el Algarbe, junto al océano»¹⁴⁸, Elvas, em região de fronteira, «primer lugar del reino de Portugal»¹⁴⁹, onde haveria «grandes florestas y bosques»¹⁵⁰, e finalmente Campo Maior, que ficaria «en los confines del reino de Portugal»¹⁵¹. Há ainda uma curiosa nota, reveladora de um possível conhecimento estratégico, em que Zurita salienta a relação de complementaridade entre «el castillo y la ciudad de Coimbra y el castillo de Montemayor, porque el uno sin el otro no eran de tanta importancia y defensa»¹⁵².

Ainda que Lisboa, Santarém e Coimbra sejam as cidades que em maior número de capítulos surgem mencionadas por ambos os autores, nas referências directas às comarcas portuguesas são três as que sobressaem: o Entre-Douro-e-Minho, o Algarve e a Beira. Em Ayala esta última é terra de «muchos Ricos omes é Caballeros é Escuderos que servernían al Rey [de Castela], é que querrian mas ser so el señorío suyo é gobernanza, que non de la Reyna Doña Leonor»¹⁵³. Pelo contrário, é no Entre-Douro-e-Minho, para além de Lisboa, que o cronista castelhano vê o maior apoio à causa do Mestre de Avis, apesar de também aqui existir oposição. Este Entre-Douro-e-Minho, diz-nos Zurita, seria a comarca «a donde estaban heredados la mayor parte de los ricos

¹⁴⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 88.

¹⁴⁵ «... en las dos alas de la vuestra batalla, do están muchos Caballeros é Escuderos muy buenos, segund la ordenanza que vemos, non nos podriamos aprovechar dellos; ca las dos alas de los vuestros tienen delante dos valles que non pueden pasar para acometer á vuestros enemigos é acorrer á los de vuestra avanguardia». IDEM, *Ibidem*, p. 103.

¹⁴⁶ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 347.

¹⁴⁷ IDEM, *Ibidem*.

¹⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 161.

¹⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro VIII, p. 14.

¹⁵⁰ IDEM, *Ibidem*.

¹⁵¹ IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 369.

¹⁵² IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 61.

¹⁵³ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 85.

hombres y hijosdalgo de aquel reino [Portugal]»¹⁵⁴, o que não deixa de constituir outro interessante apontamento sobre o conhecimento do autor quanto à realidade social portuguesa.

Finalmente, se fossemos traçar o mapa da imagem que os cronistas dão de Portugal, teríamos sem dúvida que levar em conta a forte presença das localidades de fronteira, sobretudo da Beira, mas também do Alentejo, como podemos aferir pelo *Quadro 5*. Nos *Anales* as localidades de fronteira resumem-se, praticamente, a estas duas comarcas, sem qualquer expressão do Minho ou Trás-os-Montes. A coincidência deste facto nas duas crónicas apenas confirma a importância e a projecção que estas regiões fronteiriças efectivamente tinham, o que não nos deve admirar, já que constituem o caminho *tradicional* das invasões vindas de Castela.

Localidades de fronteira referidas em:	<i>Crónica del Rey Don Juan</i>	<i>Anales de la Corona de Aragón</i>
Beira	11	11
Alentejo	9	5
Minho	5	-
Trás-os-Montes	3	-
Algarve	-	1
Total	28	17

Quadro 5 – Referências a localidades de fronteira, nas duas fontes, por comarcas.

3.6. Outros tópicos

Depois de enunciados os principais aspectos inicialmente propostos, temos espaço para identificar algumas outras *imagens* de Portugal, sobre as quais não conseguimos escrever uma alínea destacada, mercê da escassa informação disponível. São, de certo modo, *pontas soltas* de difícil comparação, já que as duas fontes também não cobrem as mesmas cronologias. Começemos pela imagem económica.

Os dois cronistas, não muito abundantemente, transmitem, directa ou indirectamente, informações que poderíamos considerar de cariz económico e financeiro. Muito poucas, todavia, dizem respeito a Portugal. Não temos aqui claras alusões às relações comerciais, como as que são feitas relativamente às da «nación

¹⁵⁴ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. III, livro VI, p. 61.

catalana»¹⁵⁵ e aos «mercaderes é [...] romeros de Castilla é de Inglaterra»¹⁵⁶, por exemplo, mas ambos os autores parecem identificar Lisboa como um importante pólo comercial, por ser uma cidade com muita gente, que precisava de abastecimentos¹⁵⁷, segundo Ayala, e por poder constituir até, em determinados momentos, uma alternativa a Sevilha para os mercadores, conforme relata Zurita¹⁵⁸. Em Ayala, o Porto apresenta-se também nitidamente como uma cidade de vocação marítima, à qual Lisboa, durante o cerco, pede que arme uma frota de galeras e naus para apoio ao abastecimento¹⁵⁹, e para onde o Duque de Lencastre se dirige a fim de embarcar para «Bayona de Inglaterra»¹⁶⁰.

Ao contrário do que sucede para Castela, em que os dois cronistas insistem numa permanente «gran falta de dinero»¹⁶¹ e apontam para pesadas dívidas do rei que justificam a sobrecarga de impostos, sobre Portugal não temos grandes informações relativas às finanças régias. Porém, há algumas manifestações de uma certa ostentação e riqueza. Vimos já como Zurita destaca o «gran tesoro»¹⁶² deixado por D. Dinis e a forma como outros monarcas ibéricos, nomeadamente o rei de Aragão, a ele recorriam para empréstimos. Ainda nesta cronologia, o mesmo autor inclui Portugal entre os reinos que utilizaram as rendas e os bens da extinta Ordem do Templo para a «defensa de las fronteras de los infieles»¹⁶³, atribuindo depois alguma atenção à Ordem de Cristo¹⁶⁴, enquanto herdeira desse legado. O próprio relato da viagem de D. Dinis a Aragão é um testemunho de ostentação, de um rei suficientemente rico e poderoso para transportar atrás de si, num longo percurso, uma comitiva de cerca de «mil caballeros de linaje»¹⁶⁵, albergando-os e alimentando-os à sua própria custa, e recusando qualquer tipo de oferenda ou aposento. Às duas fontes é comum a referência a jóias portuguesas, e particularmente à sua oferta. Na crónica de Ayala, quando o rei de Castela chega a Santarém, em 1384, é recebido muito bem, em «posadas muy buenas para todos los

¹⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro IX, p. 276.

¹⁵⁶ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 124.

¹⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 90.

¹⁵⁸ Por exemplo, em meados do século XIV: «... y por los grandes robos y daños que hacían estos corsarios se fueron a descargar más de setenta navios cargados de trigo a Lisboa y al reino de Portugal, que no osaron ir a Sevilla...». ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro IX, p. 147.

¹⁵⁹ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 90-91.

¹⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 117.

¹⁶¹ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 347.

¹⁶² IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 107.

¹⁶³ IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 373.

¹⁶⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VI, p. 50-51.

¹⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, vol. II, livro V, p. 327.

suyos»¹⁶⁶, e a rainha D. Leonor oferece-lhe «ciertas joyas de las que fueron del Rey Don Fernando»¹⁶⁷. Adiante, acrescenta o cronista que no castelo de Leiria se encontravam «muchas joyas»¹⁶⁸. Já em Zurita temos, por exemplo, o caso de João Afonso Telo de Meneses, que, em 1370, chega a Barcelona com «cuatro mil marcos de oro, [...] una corona muy rica y otras joyas de mucho valor»¹⁶⁹, para pagar a contratação de tropas, no âmbito da guerra com Castela¹⁷⁰. Outras informações, como os dotes de determinadas princesas, podem ser encontradas nas duas fontes e mereceriam análise mais aprofundada.

As palavras de Ayala transmitem testemunhos quanto a estratégias seguidas por Castela para a desestabilização das economias locais portuguesas. Por exemplo, são referidas, em diferentes momentos, as intenções do monarca castelhano entrar pelas comarcas fronteiras, em ataque rápido, e destruir e queimar terra, nomeadamente na Beira, mas também nos arrabaldes de Coimbra, descritos como muito grandes¹⁷¹. Podemos igualmente entrever algumas preocupações estratégicas de cortar determinados cursos de abastecimento, ou de atacar em épocas específicas do ano para provocar maiores prejuízos económicos. Veja-se como a proximidade do São João justifica, em 1385, a ordem do rei de Castela para que os seus cavaleiros entrem em Portugal por Ciudad Rodrigo, destruindo «los panes é viñas»¹⁷², em episódio que antecede a batalha de Trancoso. O cronista castelhano faz ainda questão de sublinhar como muitos portugueses que permaneceram ao lado do rei de Castela foram principescamente pagos, ainda que o monarca isto tivesse «por muy bien empleado»¹⁷³.

Outros aspectos aqui poderíamos tratar, sendo um dos mais complexos, certamente, o dos alinhamentos políticos e internacionais. Ambas as fontes deixam transparecer, ainda que para diferentes cronologias, quadros de divisões políticas internas e de relações preferenciais entre reinos. Atendendo mesmo à relevância que estas crónicas atribuem às relações internacionais, podemos ser tentados a conceber um mundo bastante mais aberto do que aquele que imaginamos, pelas nossas ideias feitas

¹⁶⁶ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 88.

¹⁶⁷ IDEM, *Ibidem*.

¹⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 101.

¹⁶⁹ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 304.

¹⁷⁰ Ouro que será depois confiscado pelo monarca de Aragão, em retaliação pela assinatura da paz luso-castelhana. Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *Luzes e sombras: na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415*, p. 100.

¹⁷¹ Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 101.

¹⁷² IDEM, *Ibidem*, p. 98.

¹⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 131.

face às limitações da época. E há um elemento simbólico com que somos confrontados nos dois textos e que parece distinguir claramente Portugal no mundo: as quinas. De facto, as quinas são das mais representativas formas de identificação dos portugueses no exterior, e Zurita até lhes traça as origens: «aquella famosa y tan celebrada batalla junto al campo Urich en la cual se hallaron seis reyes moros»¹⁷⁴, em 1139, e em memória da qual D. Afonso Henriques «tomó las armas y devisas de los cinco escudos dentro en outro mayor»¹⁷⁵. Também em Ayala as quinas «son armas de Portugal»¹⁷⁶, que o rei de Castela pretende usar como forma de afirmar as suas pretensões ao reino¹⁷⁷. Se é certo que várias ilustrações são conhecidas com a representação das quinas, a sua alusão em textos é uma outra forma de atestar a efectiva presença da heráldica e do valor deste elemento enquanto imagem simbólica de Portugal.

4. Portugal: uma proposta de interpretação

Mas qual o sentido histórico de Portugal para ambos os cronistas e qual o lugar do reino português no mundo ibérico medieval narrado por estas fontes? Chegados a esta questão, afastemo-nos em parte dos levantamentos, das quantificações e das descrições, para passarmos a um exercício de interpretação. Podemos procurar extrair uma resposta a partir dos próprios textos.

Diz-nos López de Ayala que Juan I, na fase final do reinado, anunciou ao seu conselho, nas Cortes de Guadalajara de 1390¹⁷⁸, a ideia de abdicar dos títulos de rei de Leão e Castela na pessoa do seu filho, Enrique III, mantendo para si apenas os senhorios de Sevilha, de Córdoba, do Reino de Múrcia e alguns outros domínios e rendas¹⁷⁹. Com esta derradeira cartada, o monarca castelhano acreditaria poder ser finalmente aceite enquanto Rei de Portugal, pois não sucederia a tão combatida – pelos portugueses – união com Castela¹⁸⁰. Os seus conselheiros, claro, recusam um plano tão arriscado, desenvolvendo uma longa explicação sobre o quão prejudiciais tinham sido no passado,

¹⁷⁴ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. I, livro II, p. 104.

¹⁷⁵ IDEM, *Ibidem*.

¹⁷⁶ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 101.

¹⁷⁷ Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 126-127.

¹⁷⁸ Para uma leitura sobre o significado destas cortes veja-se: MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – *Las Cortes de Guadalajara de 1390 en el marco de la crisis política del siglo XIV*.

¹⁷⁹ Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 125-129.

¹⁸⁰ «... é que los de Portugal veyendo esto se llegarían á él, é le obedescerían por su Rey, é non avrían ya temor del ayuntamiento de los Regnos, pues traeria las armas de Portugal sin mezclamiento de las de Castilla...». IDEM, *Ibidem*, p. 126.

desde Fernando Magno, as partições dos reinos ibéricos, que haviam conduzido, por exemplo, à perda de Portugal¹⁸¹. Em Ayala, portanto, não se vê a acção conquistadora dos primeiros reis portugueses. Portugal seria um *erro histórico*, resultante de divisões prejudiciais, cujas consequências estavam então à vista¹⁸². Após Aljubarrota, mesmo reconhecendo-se os erros do monarca castelhano, são vários os incentivos para que este um dia retorne ao conflito, mais forte. Pelas palavras de Clemente VII, Papa de Avinhão, lembra-se que, na história, «muchas veces el vencedor es vencido de otro mas bajo»¹⁸³, dando-se exemplos bíblicos e outros relativos a Roma, a França ou mesmo à Hispânia visigótica contra os muçulmanos¹⁸⁴. Ayala parece lembrar várias vezes a promessa de um retorno, talvez como uma mensagem para o seu próprio tempo e para o futuro¹⁸⁵. Portugal é, assim, também uma conquista adiada, e por isso D. João será sempre não o *Rei de Portugal*, mas apenas aquele «que se llamaba Rey de Portugal»¹⁸⁶. Não obstante, o cronista sabe que tal tarefa não se adivinha fácil, sobretudo porque reconhece por várias vezes nos portugueses a vontade de se manterem como um reino independente, acrescentando até que por essa causa muitos morreriam e se perderiam¹⁸⁷. Podemos até questionar-nos se não é isto, porventura, parte daquele mesmo «sentimento de nacionalidade»¹⁸⁸ que Fernão Lopes regista na sua crónica.

Já para Zurita, Portugal é o fruto da acção dos cavaleiros *valerosos* que foram fundando o novo reino, que se libertaram da vassalagem ao imperador Alfonso VII e

¹⁸¹ «... el Rey Don Alfonso, que ganó á Toledo, [...] dexó el gobierno del Regno de Portugal á un grand Señor que decian Don Enrique, que era casado con una su fija bastarda, é nunca jamas tornó al señorío de Castilla. E todas estas guerras é males fueron por la particion destes Regnos». IDEM, *Ibidem*, p. 127. E o texto continua com outros exemplos.

¹⁸² «... é los deservicios é perdidas que á estos Regnos vuestros por esta razon son venidos, mal pecado aun non son fuera de la memoria de los omes, é hoy en dia avemos sentimiento dello asaz, ca vemos el Regno de Portugal estar apartado é enemigo». IDEM, *Ibidem*.

¹⁸³ IDEM, *Ibidem*, p. 108.

¹⁸⁴ Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 109.

¹⁸⁵ Após o episódio de Aljubarrota, e sobretudo depois de assinadas as tréguas, há várias passagens nesse sentido. Deixamos uma que nos parece elucidativa: «E que él avia fecho la dicha trégua com Portugal por muchas razones; empero que una de las principales era por tornar á los seis años complidos á la dicha guerra, para dar batalla á los de Portugal, é ponerlo en el juicio é voluntad de Dios, é non dexar este fecho asi olvidado, con tan grand deshonor como Castilla avia rescebido». IDEM, *Ibidem*, p. 131. Esta interpretação vai em linha com a que nos dá Michel García, ao ver na Crónica de Juan I uma mensagem para o reinado de Enrique III, em quem se depositavam esperanças passada a menoridade, conforme atrás referimos (Cf. GARCÍA, Michel – *Ayala y sus crónicas...*, p. 56-61).

¹⁸⁶ É desta forma que Ayala se refere constantemente, e até ao fim, a D. João I: «el Maestre Davis, que se llamaba Rey de Portugal». Sobre este aspecto veja-se o que diz OLIVERA SERRANO, César – *La Memoria de Aljubarrota...*, p. 281-285.

¹⁸⁷ «... ya non están los de Portugal en la primera imaginacion, antes llanamente dicen que en ninguna manera vos obedecerán, é que sobre esto morirán é se perderán». LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan...*, p. 127.

¹⁸⁸ SOUSA, Armindo de – *Condicionamentos básicos*, p. 367.

que expandiram o seu território a partir de limites exíguos¹⁸⁹. A capacidade de lutar, tanto contra Castela e Leão como contra os muçulmanos, é talvez o grande elemento de legitimação e de elevação dos primeiros monarcas portugueses descritos nos *Anales*. Ao longo do texto, Portugal surgirá em diferentes momentos como um importante aliado de Aragão, com apogeu em D. Dinis. Para Aragão, esta aliança é do maior interesse¹⁹⁰, sobretudo quando usada contra Castela. Porque, diz-nos o cronista, «de ningún otro príncipe podía el rey de Castilla ser tan ofendido y damnificado como del de Portugal»¹⁹¹. E talvez por isso também D. João I seja tão bem aceite e apoiado por Zurita, não só pelas vitórias que obtém, mas porque, no fundo, segundo as palavras do próprio, «no mostró menos constancia y valor que tuvo el rey don Enrique padre de su adversario para hacerse rey de Castilla»¹⁹². Que maior *ataque* poderíamos ter às pretensões de Juan I? É a posição de Zurita sobre o tema, quase dois séculos depois dos eventos. E é sempre que Portugal opta pela aproximação a Castela, deixando de lado novas aproximações a Aragão¹⁹³, que sobressaem os momentos de crítica mais incisiva ao rumo português, esquecendo-se qualquer ligação familiar. Chega mesmo a acrescentar o cronista que só os reis de Castela e Leão foram impeditivos ao ânimo de Afonso Henriques, de poder estender as suas conquistas «hasta las costas de nuestro mar»¹⁹⁴.

Estamos, portanto, perante um jogo de equilíbrio de poderes, em que à grande influência exercida pela centralidade de Castela respondem as margens peninsulares, numa tentativa de afirmação. O mesmo discurso dicotómico face a Castela encontramos nas crónicas portuguesas, não sendo assim de admirar este tipo de leituras. No entanto, e porque nada é a preto e branco, existem também momentos de convergência identitária, por exemplo quando estes reinos se unem em luta contra o Islão e passam a assumir a designação de *ejército cristão*, tecendo-se inclusivamente elogios aos antigos inimigos¹⁹⁵.

Também não é possível negar que, no quadro ibérico, chegam a ser descritos alguns momentos de protagonismo do reino português, parte dos quais fomos referindo.

¹⁸⁹ Ideias expressas nas caracterizações de D. Henrique, D. Afonso Henriques e D. Sancho I.

¹⁹⁰ Nas palavras do próprio Zurita. Cf. ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro IX, p. 187.

¹⁹¹ IDEM, *Ibidem*.

¹⁹² IDEM, *Ibidem*, vol. IV, livro X, p. 347.

¹⁹³ Por exemplo com as rupturas de acordos matrimoniais por monarcas portugueses.

¹⁹⁴ IDEM, *Ibidem*, vol. I, livro II, p. 141.

¹⁹⁵ Por exemplo no capítulo em que Zurita narra a batalha do Salado: IDEM, *Ibidem*, vol. III, livro VII, p. 241-243.

As fontes estão muito longe de transmitir uma imagem de Portugal enquanto reino passivo ou defensivo, *vítima* das ambições anexionistas castelhanas ou de outras forças desestabilizadoras. Pelo contrário, ambas as crónicas dão testemunho de como Portugal também mantém ambições conquistadoras e anexionistas, nomeadamente em relação a Castela¹⁹⁶. O reino português é visto, portanto, como parte integrante do equilíbrio de poderes ibérico, e em nada é desconsiderado ou tido como marginal. Mesmo fora do âmbito das relações estritamente ibéricas, estas fontes dão atenção a episódios como o da vinda do Duque de Lencastre a Portugal, narrado por Ayala, ou às referências genealógicas e matrimoniais, que remetem para as várias ligações da casa real portuguesa com o exterior. Se em Zurita os conhecimentos relativamente a Portugal podem não parecer tão evidentes, fazendo-se talvez sentir já o peso da distância, não faltam, por outro lado, referências às comitivas ou a embaixadores portugueses, e ainda palavras reconhecedoras e elogiosas para os monarcas. Portugal surge-nos, assim, como um reino que disputa de igual para igual o seu poder no espaço ibérico, e não como uma realidade alheada ou periférica. Sobre esta matéria, contudo, seria pertinente o estudo de outras crónicas, sejam castelhanas, aragonesas ou de outras regiões da Europa, para que melhor se perceba o alcance do reino português nesses textos.

Conclusões

Ao longo deste trabalho procurámos obter uma perspectiva comparada da imagem de Portugal no período medieval, a partir de duas crónicas ibéricas, fontes que a historiografia portuguesa nem sempre tem sabido valorizar. As assinaláveis diferenças entre os cronistas e as suas obras exigiram a aplicação de distintas metodologias, que no entanto permitiram encontrar curiosos pontos de intersecção e discórdia.

Começámos por constatar que, no que concerne à relação com Portugal, as duas fontes valorizam cronologias díspares: em Ayala, a crise dinástica; em Zurita, sobretudo os reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV. Comparámos posteriormente algumas das principais descrições de personagens feitas pelos dois autores, apercebendo-nos da existência de um assinalável grupo de pessoas, naturais de Portugal, que circula no

¹⁹⁶ Assim o diz Ayala sobre as intenções do Mestre de Avis, conforme referido na nota 113: IDEM, *Ibidem*, p. 110. Mas igualmente Zurita, por exemplo a propósito do tratado estabelecido entre Portugal e Aragão em 1370, em que o rei de Portugal pretende intitular-se também de rei de Castela: «Declaróse que el rey de Aragón y sus sucesores intitulasen al rey de Portugal rey de Castilla...». ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*, vol. IV, livro X, p. 303.

estrangeiro e cuja memória os cronistas preservam, ainda que de muitos hoje não tenhamos mais do que os nomes. Trata-se de um grupo bastante heterogéneo, a que não foi possível atribuir toda a atenção à partida desejada. Fica, no entanto, como matéria para futuro aprofundamento.

Se na crónica de Ayala muitas das acções decorrem em Portugal, o mesmo não pode ser dito em relação aos *Anales* de Zurita. Ainda assim, os dois autores mostram um certo nível de conhecimento quanto ao território português – mais Ayala –, com alguns apontamentos e descrições pertinentes, que por vezes até ajudam a tirar outras ilações, por exemplo sobre a vida económica. Através da contabilização das localidades referidas nos textos, aferimos o peso e a vitalidade das regiões de fronteira, mesmo que aí não se encontrem as cidades mais cotadas.

Por fim, procurámos reflectir sobre o sentido histórico de Portugal nestas crónicas, e sobre o lugar que as mesmas atribuem ao reino português no xadrez ibérico dos finais da Idade Média. A partir deste exercício conseguimos interceptar duas visões totalmente opostas, mas que curiosamente se completam: de um lado, a centralidade e influência de Castela, que vê em Portugal um erro histórico e uma conquista adiada; do outro, a tentativa de afirmação das margens, tantas vezes aliadas face ao inimigo comum, numa luta não só pela sobrevivência mas também, quando possível, de ataque e ambição hegemónica. Assim integrámos Portugal num jogo de equilíbrio de poderes entre os reinos ibéricos, afastando-o do carácter periférico a que frequentemente é votado.

É certo que muito fica por fazer, sendo este um trabalho que nunca estará terminado. Desde logo, seria importante observar as restantes crónicas de Ayala e os livros seguintes dos *Anales de la Corona de Aragón*, por forma a termos perspectivas completas sobre a obra dos dois cronistas. Mesmo na investigação que desenvolvemos, para além da questão das personagens, poderíamos ter atribuído mais atenção à identificação dos alinhamentos internacionais, às imagens de divisão política e social transmitidas sobre Portugal, a assuntos específicos como a crise de 1383-1385, entre outros aspectos. Desejaríamos também ter conseguido consultar alguma bibliografia apenas acessível em bibliotecas fora do país. O cruzamento com outras crónicas, ibéricas ou de outras regiões da Europa, poderia fornecer ainda mais pistas relativamente à percepção do lugar ocupado por Portugal no mundo medieval. Não duvidamos ser esse um dos caminhos a seguir.

Fontes e Bibliografia

Fontes Impressas

ANDRÉS DE UZTARROZ, Juan Francisco – *Progressos de la Historia en el Reyno de Aragon, y elogios de Geronimo Zurita, su primer coronista*. Zaragoza: Herederos de Diego Dormer, 1680.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica de Giuliano Macchi. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. ISBN 972-27-1252-7.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica de Giuliano Macchi. 2.^a ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. ISBN 978-972-27-1253-8.

LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del Rey Don Juan, primero de Castilla é de Leon*. In ROSEL, Cayetano, coord. – *Cronicas de los Reyes de Castilla: desde don Alfonso el Sabio, hasta los Católicos don Fernando y doña Isabel*. In *BIBLIOTECA de autores españoles*. Madrid: Atlas, 1953. tomo LXVIII, p. 65-159.

ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. Edição literária de Ángel Canellas López; edição electrónica de José Javier Isso (coord.), María Isabel Yagüe e Pilar Rivero. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003. 8 vols. [Em linha]. [Última consulta a 4 de Abril de 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://ifc.dpz.es/publicaciones/ver/id/2448>>.

Bibliografia

AMADO, Teresa, coord. – The Study of literary texts. In MATTOSO, José, dir. – *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011. ISBN 978-989-97066-3-7. p. 87-109.

BECEIRO PITA, Isabel – La Visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avís contemporáneos. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [etc.], 2014. ISBN 978-989-98749-1-6. p. 87-103.

BLAKE, N. F. – Chronicles. In STRAYER, Joseph R., ed. – *Dictionary of the Middle Ages*. New York: Charles Scribner's Sons, 1983. ISBN 0-684-17023-X. vol. III, p. 325-330.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *As Escolas históricas: da Idade Média aos nossos dias*. Trad. de Ana Rabaça. 3.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2012.

BURGESS, R. W.; KULIKOWSKI, Michael – Medieval historiographical terminology: the meaning of the word 'Annales'. In KOOPER, Erik; LEVELT, Sjoerd, ed. – *The Medieval Chronicle VIII*. Amesterdão: Rodopi, 2013. ISBN 978-90-420-3736-6. p. 165-192.

CONTRERAS, Juan de – El Cronista don Pedro López de Ayala y la historiografía portuguesa. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia. Tomo 102 (1933) p. 115-157.

DIAS, Nuno Pizarro – Dulce de Barcelona e Aragão ([1153-1159]-1198). In MARQUES, Maria Alegria Fernandes [et al.] – *As Primeiras Rainhas*. In RODRIGUES, Ana Maria; SÁ, Isabel dos Guimarães; SILVA, Manuela Santos, coord. – *Rainhas de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, reimp. 2016. ISBN 978-972-42-4703-8. vol. II, p. 107-210.

DUARTE, Luís Miguel – Prefácio: regresso feliz a um rei triste. In BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de, coord. – *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [etc.], 2014. ISBN 978-989-98749-1-6. p. 11-15.

DUMVILLE, David – What is a Chronicle?. In KOOPER, Erik, ed. – *The Medieval Chronicle II: proceedings of the 2nd International Conference on the Medieval Chronicle, Driebergen/Utrecht 16-21 July 1999*. Amesterdão: Rodopi, 2002. ISBN 90-420-0834-2. p. 1-27.

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. 2 vols. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

*Nota: já publicada, mas aqui apenas acedemos à edição policopiada.

EXTRAVÍS HERNÁNDEZ, Isabel – Algunas cuestiones sobre la ‘Historia del Rey Don Fernando el Católico, de las Empresas y Ligas en Italia’ de Jerónimo Zurita. In SERRANO MARTÍN, Eliseo; GASCÓN PÉREZ, Jesús, coord. – *Poder, sociedad, religión y tolerancia en el mundo hispánico, de Fernando el Católico al siglo XVIII*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2018. ISBN 978-84-9911-508-5. p. 477-493.

GARCÍA, Michel – Ayala y sus crónicas: el proceso creativo. *Talia Dixit: Revista Interdisciplinar de Retórica e Historiografía*. Cáceres: Universidad de Extremadura. ISSN 1886-9440. N.º 10 (2015) p. 51-63.

GIL, Ana Cristina Correia – *A Identidade nacional na literatura portuguesa: de Fernão Lopes ao fim do século XIX*. Ponta Delgada: Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar, 2015. ISBN 978-989-8492-31-9.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *A Economia dos descobrimentos henriquinos*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1962.

GÓMEZ REDONDO, Fernando – La Crónica particular como género literário. In TORO PASCUA, María Isabel, coord. – *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval: (Salamanca, 3 al 6 de octubre de 1989)*. Salamanca: Biblioteca Española del Siglo XV, 1994. ISBN 84-920305-1-8. vol. I, p. 419-427.

KRUS, Luís – Crónica. In LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe, org. – *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. ISBN 972-21-0871-9. p. 173-175.

MARTINS, Mário – Pero López de Perez Ayala em Aljubarrota e os seus cantares na prisão em Portugal. *Estudos Medievais*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. N.º 7 (1986) p. 107-117.

MITRE FERNÁNDEZ, Emilio – Las Cortes de Guadalajara de 1390 en el marco de la crisis política del siglo XIV. *Wad-al-Hayara: Revista de Estudios de Guadalajara*. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura “Marquês de Santillana”. ISSN 0214-7092. N.º 18 (1991) p. 241-250.

MONTEIRO, João Gouveia – Luzes e sombras: na operação militar da tomada de Ceuta, em 1415. In DOMINGUES, Francisco J. Rogado Contente, coord. – *Nos 600 Anos da Conquista de Ceuta: Portugal e a criação do primeiro sistema mundial*.

Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2016. ISBN 978-989-8593-10-8. p. 99-115.

OLIVERA SERRANO, César – La Memoria de Aljubarrota en Castilla. In COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, António Manuel Ribeiro, coord. – *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: a guerra e a sociedade na Idade Média*. Porto de Mós: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009. ISBN 978-989-96464-0-7. vol. II, p. 277-294.

PIRES, Natália – A Imagem dos portugueses na ‘Crónica de D. Juan I’ de Pero López de Ayala. *En Doiro ant’o Porto e Gaia: Estudos de Literatura Medieval Ibérica*. Porto: Estratégias Criativas. N.º 5 (2017) p. 829-839.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3483-5.

REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo – Jerónimo Zurita: primer cronista oficial de Aragón (1512-1580). *Revista de Historia Jerónimo Zurita*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. ISSN 0214-0993. N.º 88 (2013) p. 11-46.

SANTOS, Rui Pedro Monteiro – *Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban – Los ‘Anales de la Corona de Aragón’ de Jerónimo Zurita. *Revista de Historia Jerónimo Zurita*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico. ISSN 0214-0993. N.º 88 (2013) p. 61-80.

SOUSA, Armindo de – Condicionamentos básicos. In MATTOSO, José, coord. – *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, D. L. 1992. ISBN 972-42-0636-X. vol. II, p. 313-386.

SOUSA, Armindo de – Os Cronistas e o imaginário no século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso). *Revista de Ciências Históricas*. Porto: Universidade Portucalense. ISSN 0871-2352. Vol. IX (1994) p. 43-47.